



Implicações da contemporaneidade nas contribuições teóricas de Anthony Giddens e Stuart Hall

Fabio Peixoto Bastos Baldaia¹

Resumo

Considerando que há importante vinculação das teorias nas ciências sociais com as condições de possibilidade oferecidas pelos contextos, discute-se como as transformações da contemporaneidade impactaram nas formulações de Anthony Giddens (1999; 2001; 2002) e Stuart Hall (2003; 2005). Destaca-se como ambos forneceram aprofundamento temático ao mesmo tempo em que forjaram novas perspectivas para a teoria social por meio de análises acerca da inter-relação entre o social, o econômico e o simbólico.

Palavras-Chave: Contemporaneidade; Teoria Social; Anthony Giddens; Stuart Hall

Abstract

Considering there is an important linking between the theories in Social Sciences and the conditions of possibility offered by the contexts, it discusses how contemporary transformations have impacted in Anthony Giddens formulations (1999; 2001; 2002) and Stuart Hall (2003; 2005). It stands out as both provided thematic deepening while Anthony Giddens and Stuart Hall contrived new perspectives for social theory through analysis on the interrelationship among the social, economic and symbolic.

Key-words: Contemporaneity; Social Theory; Anthony Giddens; Stuart Hall

Introdução

O surgimento da Sociologia e seus posteriores desdobramentos estiveram atrelados a contextos sociais que lhe conferiram o esteio e suas próprias condições de possibilidade. A disciplina em seus primórdios vinculou-se às consequências

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS/UFBA), Mestre em História (PPGH/UFBA). Possui experiência em ensino e em pesquisa nas áreas de Sociologia, História e Antropologia, com ênfase em Sociologia da Cultura e História Cultural. Atua principalmente nos seguintes temas: cultura popular, memória, representações, experiências de construção de identidades, teoria da história e teoria social. Integra desde 2006 o Grupo de Pesquisa O Som do Lugar e o Mundo.



políticas, econômicas, sociais e culturais do processo de modernização das sociedades europeias no século XIX e início do século XX, a partir das quais os estudiosos emblemáticos como clássicos buscaram respostas a fenômenos que emergiram nos novos tempos. Não foi fortuito o interesse de autores como Durkheim, Marx, Weber e Simmel em temas como urbanização, desigualdade social, industrialização e o próprio capitalismo enquanto fenômenos que deveriam ser explicados à luz da ciência, com o propósito de oferecer interpretações e subsídios à ação. Nesse sentido, foram criados um conjunto de categorias analíticas e ferramentas conceituais – sociedade, indivíduo, estrutura social... – adaptadas a uma realidade social específica e que possuem considerável carga de significado vinculada às noções de comunidade atrelada ao Estado nacional, à cidadania, ao individualismo, a vida social em grandes centros urbanos, ao trabalho assalariado como relação de produção dominante e demais características das formações sociais modernas (IANNI, 1989).

Desta maneira, se a sociologia surge como uma resposta científica ao mundo moderno, é legítimo pensar que uma renovação na sua produção deve advir, para além das peculiaridades deste campo particular, de uma atenção aos processos recentes de transformação da sociedade capitalista. De modo análogo ao que transcorreu nas configurações iniciais da Sociologia, na teoria social contemporânea percebe-se uma forte ênfase na conjuntura: a liberalização da economia, as transformações do Estado, os processos de globalização nas diversas esferas sociais, os impactos das tecnologias da informação e comunicação. Considerando-se a produção das ciências sociais desde meados da década de 1970, observa-se que inúmeros autores têm se dedicado à explicação de aspectos do mundo contemporâneo² que em sua complexidade, ao mesmo tempo, apresenta uma crise dos paradigmas modernos e, por outro, expõe o aprofundamento de processos iniciados com a modernização. Incorporou-se como problema importante na disciplina e na teoria social como um todo a transição para uma outra forma de organizar o sistema capitalista que tem impactado variadas esferas da vida social.

Nesses termos, toma-se como objeto a análise da contemporaneidade nas obras de Stuart Hall (2003; 2005) e Anthony Giddens (1999; 2001; 2002) e os seus impactos para a teoria social. Esta escolha justifica-se por três fatores substanciais. Primeiro, pelos autores oferecerem explicações consistentes acerca das transformações coevas que tem aberto espaço para a pós-

² Jungen Habemas, Alain Tourane, Richard Sennett, Zygmund Baumam, Ulrich Beck, Néstor Canclini, Homi Bhabha, além de dos próprios Hall e Giddens são alguns dos observadores mais argutos da atualidade.



modernidade/modernidade tardia marcada pela globalização, pelo enorme poder corporativo das empresas transnacionais, pelas redes informacionais e politização de dimensões anteriormente privadas da existência. Segundo, pelo fato das abordagens apresentarem novas chaves para a interpretação das sociabilidades e das identidades atuais por meio do trato de temas como a reflexividade, os meios de comunicação de massa e a tensão entre o local e o global, algo da ordem do dia na produção das ciências sociais. Por fim, os autores representam direções distintas no plano político e metodológico que tem assumido a teoria social, o que permitirá construir este texto de modo menos parcial e através de uma trajetória de tensão dialógica. Adverte-se, entretanto, que o propósito passa ao largo de uma análise aprofundada das obras completas dos autores, assemelhando-se a uma discussão metateórica que pretende enquadrá-los enquanto nomes da renovação da teoria social. Assim, este ensaio tem por objetivo interpretar a contribuição de Anthony Giddens e Stuart Hall para a compreensão da sociedade contemporânea e para a teoria social.

Ao final, pretende-se ter respondido aos seguintes questionamentos: Qual a contribuição de Giddens e Hall para a compreensão da sociedade contemporânea? De que maneira Hall e Giddens caracterizam a sociedade na modernidade tardia? Quais as implicações das análises acerca da modernidade tardia sobre a teoria social contemporânea?

A contribuição de Anthony Giddens

O britânico Anthony Giddens é, na atualidade, um dos mais influentes sociólogos. Seus trabalhos versam acerca de um grande leque de temas, que vão desde uma reavaliação crítica dos clássicos da teoria social, até – mais recentemente – a modernidade “tardia” e sua relação com o risco ontológico da contemporaneidade, a intimidade e as subjetividades.

Nascido em 1938, em Londres, Giddens iniciou sua carreira na década de 1960 na Universidade de Cambridge. Já na década de 1970 torna-se conhecido por detalhadas análises sobre o papel teórico de Weber, Marx e Durkheim, tornando-se posteriormente um dos nomes mais proeminentes na renovação da teoria social, tendo publicado inúmeros livros de considerável impacto. No debate público, tornou-se uma figura conhecida por suas propostas enquadradas na denominada Terceira Via.

Os primeiros trabalhos de Giddens iniciaram-se com uma tentativa comum entre os sociólogos europeus após o esgotamento da teoria integradora de Talcott Parsons: promover uma regeneração da teoria sociológica que proporcionasse o



diálogo entre a obra dos clássicos (GIDDENS, 1990). Assim, o que primeiro projetou Giddens não foi uma teoria original, trabalhos empíricos ou temáticos, mas, sim, sua renovação no tratamento de parte do conhecimento consolidado na área. Do conhecimento teórico aprofundado, sua análise evoluiu para uma teoria geral do social que se esforçou para pensar por entre o binômio indivíduo e sociedade, numa formulação que refunda o conceito de estrutura, a partir da perspectiva da agência e dualidade da estrutura.

No livro *A Constituição Sociedade* (2009) está a versão mais acabada da sua Teoria da Estruturação, tentativa de por em novas bases e reconciliar pares como agencia/estrutura, micro/macro e subjetivo/objetivo, podendo ser entendida como uma variação das teorias estruturais e sistêmicas acerca do social. Seu argumento basilar é o de que, toda ação humana realiza-se numa estrutura efetivamente existente e erigida por regras que, no entanto, não são fixas, mas mantidas e modificadas pela própria ação humana. É uma situação de condicionamento recíproco entre estrutura e agência, tendo em vista que a ação humana só ocorre num contexto restritivo, porém incapaz de contornar a contingências da ação que produzem a historicidade do social. Logo, ao mesmo tempo a estrutura social, que suporta regras e recursos, mantém-se e efetiva-se pela regularidade das ações que são variações de um conjunto de restrições prescritivas. Deve-se destacar, entretanto, que ao contrário da tradição que concebe a estrutura unicamente como sistema de coerção, Giddens ressalta o caráter dual da estrutura, pois a um só tempo constrange e habilita o indivíduo a agir. Nem a ação, nem a estrutura tem primazia, pois formam um todo social complexo em que nenhum dos dois componentes são independentes, mas sim elementos de um processo de estruturação. Em suma, as estruturas são integradas por meio da ação humana, que por sua vez é conformada estruturalmente.

Por outro lado, segundo a Teoria da Estruturação, a agência dos sujeitos possui reflexividade. As regras sociais não operam simplesmente na inconsciência dos indivíduos, na medida em que o caráter inteligente do ato humano é incontornável. Todo ator tem condições, e assim o faz, de reconstruir discursivamente os motivos das suas ações formulando compreensões do mundo social. Isto perfaz o que Giddens denomina de monitoramento reflexivo da ação, a partir do qual, as práticas adquirem sentido aos próprios atores por meio de racionalizações constrangidas pela sua posição no mundo. A ênfase na racionalidade não quer dizer que o ator tenha conhecimento de todas as condições e propriedades estruturais que limitam e possibilitam, em última instância, a agência. O



conhecimento dos atores a respeito das circunstâncias da ação e suas correntes de efeito são, por isso, limitados pela sua própria inserção numa estrutura.

A Teoria da Estruturação cumpre o objetivo de atacar um conjunto de problemas elaborados nos primórdios da Sociologia, principalmente a dicotomia entre indivíduo e sociedade e a questão da transformação social. Assim, percebe-se que a primeira teorização consistente de Giddens é amparada num paradigma de diálogo mais estreito com os dilemas sociais e contextuais da primeira modernidade. Sua abordagem macro-teórica tornou-se bastante influente por oferecer uma resposta considerada satisfatória para alguns impasses das ciências sociais, dentre os quais o papel do indivíduo frente a limitações coercitivas das regras sociais. A originalidade da proposta teórica de Giddens proporcionou um fundamento para suas análises posteriores. Isso justifica esta breve digressão sobre os principais elementos da Teoria da Estruturação, pois permitirá perceber como sua análise da contemporaneidade é, em parte, uma aplicação dessas perspectivas plasmadas em diálogo tenso com os clássicos, além de ser uma investida arriscada na interpretação de um mundo em transformação acelerada.

Na década de 1990, com o impacto social, econômico e cultural no fim da URSS e do bloco socialista, Giddens realinha seus interesses objetivando compreender os impactos da globalização e da transição para a “modernidade tardia”. Sugere ainda novo papel para a Sociologia como fonte de auto esclarecimento e munção para a reflexividade. É bom ressaltar que desde as suas obras como comentador, o capitalismo, enquanto ordem social, estava implicado nas análises teóricas, o que certamente acompanhou sua guinada rumo à contextualização da modernidade tardia, globalização e seus desafios.

A análise da modernidade tardia marcou uma inflexão importante na obra de Giddens, pois indicou a nítida influência do contexto na sua produção intelectual. Especialmente em *As Consequências da Modernidade* (2001), o autor retoma muitos aspectos dos trabalhos anteriores e os sintetiza numa interpretação geral da modernidade, indicando a particularidade da modernidade tardia. Giddens propõe uma abordagem institucional da modernidade, caracterizando-a como um estilo de vida e organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII, tornando-se posteriormente mundial em sua influência e que produziu uma descontinuidade na história da humanidade, pois os modos de vida modernos não encontram precedentes em outros espaços ou períodos históricos. Estas descontinuidades configuram-se no ritmo e no sentido da mudança, bem como na natureza específica das instituições modernas que se apartam da tradição e da lógica social comunitária.



A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais (GIDDENS, 2001, p.38).

Nas sociedades pré-modernas são a tradição, o parentesco e a localidade que limitam a identidade social dos indivíduos. Na sociedade moderna, que rompe com as práticas e preceitos preestabelecidos de modo mais rígido, pode-se identificar a ênfase ao cultivo das potencialidades pessoais, possibilitando ao indivíduo uma identidade móvel, mutável.

A entrada de Giddens no debate sobre a pós-modernidade na década de 1990 passou inexoravelmente pela análise da modernidade como processo radical e é a partir dessa linha que argumentará que não existe uma pós-modernidade, mas sim uma modernidade tardia em que as características capitalistas modernas são exacerbadas num fenômeno mais disseminado, potente, internalizado e capilarizado.

No livro *O Mundo na Era da Globalização* (1999) Giddens justifica que o mundo atual é diferente das demais épocas, por vivermos sob o impacto de um processo de unificação, no qual todos os planos da existência interligam-se para além de esferas locais, regionais e nacionais de sociabilidade. A globalização processa-se como poder avassalador dos mercados, calcado da velocidade das decisões do capital financeiro e na dominação quase sem limites das grandes corporações transnacionais; em outra dimensão, viabiliza-se pelas novas tecnologias da informação e comunicação, transformando as possibilidades de contato social, numa sensível ruptura com o passado. De forma multifacetada, a globalização implicou em transformações em todas as instituições sociais (estado-nação, família, escola, emprego...) de tal sorte a tornarem anacrônicos os modelos antigos de instituições frente à volatilidade. A globalização como fenômeno incontornável, e a despeito de um projeto moderno que previa um mundo cada vez mais estável e ordenado sob o influxo da ciência e da tecnologia, proporciona a proliferação de problemas gerados pela própria condição da modernidade tardia. O principal deles é a disseminação crescente da incerteza que afeta desde a vida cotidiana até eventos em escala planetária.

A modernidade tardia e a globalização têm consequências como fenômeno que afeta aspectos íntimos do indivíduo apresentando como característica



dominante um elevado grau de reflexividade individual³, pois: "(...) a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter" (GIDDENS, 1991, p. 39).

É essa mesma reflexividade uma das maiores influências sobre o dinamismo das instituições modernas, sendo o papel da agência individual fundamental. Contudo, ao contrário do que poderia parecer a princípio, a reflexividade intensificada não garante mais controle, mas sim, condições cada vez mais complexas devido à geração de inéditos condicionantes sociais, econômicos, culturais e tecnológicos, assim como a própria dinamicidade social favorecida pelo mesmo impulso racionalizador.

Em outro plano, a estrutura, na figura das instituições sociais, também tem mostrado um poder de permanência precário. Segundo Giddens, a impotência pessoal face às relações sociais é um reflexo também da incapacidade institucional de oferecer direcionamentos razoáveis e duradouros.

É notável que Giddens realizou um desdobramento da discussão sobre a dupla hermenêutica e a dualidade da estrutura apresentada na sua Teoria da Estruturação, uma vez que a modernidade tardia intensifica um modo de vivenciar relações no qual há mais autorreflexão, o que se gestou com o nascimento da ordem capitalista moderna. É por esse caminho que Giddens chega à análise das subjetividades, do indivíduo, da intimidade e das identidades. Pois é essa reflexividade que permite compreender de que forma a modernidade altera o cotidiano.

Se a modernidade já apresentava uma descontinuidade em relação à tradição e a segurança advinda da vinculação entre espaço e tempo, na modernidade tardia este traço é acentuado. Como consequência pessoal, há perda da segurança ontológica, pois as subjetividades sentem dificuldade em repousarem seguras sob um substrato social movediço. É comum a sensação contemporânea de tudo estar fora do controle, da desorientação e da sensação de que nada pode ser compreendido como anteriormente. Dai a formulação da imagem do "carro de Jagrená" num deslocamento sem freios e rumos na imprevisibilidade de uma

³ Ulrich Beck foi um autor alemão que trabalhou estreitamente com Giddens nos últimos anos para desenvolver o conceito de reflexividade. Beck caracteriza a sociedade contemporânea como uma "sociedade do risco", dando à reflexividade um acento subjetivo, enquanto dado do sujeito (BECK, 2010). Em outro diapasão, Giddens confere um lastro mais sistêmico, em consonância com a Teoria da Estruturação.



sociedade do risco (GIDDENS, 1991). Nesse contexto, proliferam indivíduos em busca de fontes de segurança subjetiva na técnica, na ciência e nos sistemas peritos para fugir da condição de risco iminente.

Nota-se que a guinada nos trabalhos de Giddens se dá pela análise da contemporaneidade mediada pelo estudo da globalização enquanto fenômeno central.

Vejamos o que Stuart Hall tem a dizer sobre temática semelhante.

A contribuição de Stuart Hall

A trajetória de Stuart Hall nos planos acadêmicos e político não pode ser compreendida sem recorrer a vasta contextualização. Isso se deve a uma biografia transcorrida no epicentro de processos fulcrais no mundo ocidental na segunda metade do século XX. Para além da própria pós-modernidade, pano de fundo deste artigo, podem ser elencadas: a emergência da nova esquerda – formulada através de diálogos críticos com o marxismo –, a politização das temáticas étnicas e de gênero e o fim dos últimos enclaves coloniais europeus, o que se desdobrou na emigração maciça para as ex-metrópoles.

A história acadêmica de Stuart Hall inicia-se na década de 1950 quando sai da Jamaica para realizar estudos universitários na Universidade de Oxford, sendo parte de um processo mais amplo de deslocamento de indianos, africanos e caribenhos para o Reino Unido. Sua vida acadêmica inaugura-se ligada à crítica literária, período em que buscou estabelecer a relação entre texto literário e contexto social. Posteriormente, passou a interessar-se pelas culturas diaspóricas, especialmente do Caribe, a partir da qual se engajou nos Estudos Culturais, despontando como uma das suas lideranças. Seus principais objetos foram a mídia e o papel da ideologia, tendo abordado ainda uma infinidade de temáticas, em geral escritas na forma de ensaios muitas vezes agregados em coletâneas. Por esse motivo, muito pouco da profícua produção de Hall encontra-se disponível em português. Segundo o próprio Hall (2016), seus textos são sempre fruto de situações concretas, intervenções, guardando estreito compromisso político, o que não deixa de ser um reflexo também da sua ligação histórica com os partidos comunista e trabalhista, passando pela colaboração com movimentos sociais e com a *New Left Review*.

A produção de Stuart Hall, dado os temas que aborda, o modo original como problematiza e o seu direcionamento político, não pode ser considerada como presa a uma disciplina, mas como transitando por entre várias delas. Tendo crescido em meio à experiência colonial, desde o início Hall empenhou sua verve na tentativa de



desnudar a relação entre os poderes e a construção das subjetividades sob marcante influência gramsciana e do pós-estruturalismo. Assim, em termos teóricos, Hall liga-se inicialmente a abordagem dos Estudos Culturais, evoluindo posteriormente a uma leitura Pós-Colonial dos circuitos de produção e consumo cultural em que situam grupos subalternizados nas teias midiáticas e artísticas.

A partir do legado da Escola de Frankfurt, iniciou estudos sobre recepção simbólica com uma crítica a noção de indústria cultural através da proposição do modelo “codificação/descodificação” (HALL, 2003). Esse modelo, atualmente bastante disseminado nas teorias da comunicação, sublinha o fato de que a codificação de um discurso qualquer ser polissêmica, porquanto a descodificação da mensagem não coincide com o sentido original, sobretudo se o emissor e o receptor não partilharem o mesmo repertório cultural.

Seminal nos Estudos Culturais e nos Estudos Pós-Coloniais, Hall discutiu de forma aprofundada as hibridizações culturais, ao problematizar o fato de toda produção cultural ser fruto de um processo de trocas, o que torna apenas um desejo o ideal de pureza nacional, étnica ou identitária em geral. Entende os processos de construção identitária como produto de uma dinâmica de negociação geralmente desigual e contingente, sujeito a adaptações situacionais passíveis em diferentes contextos, pois uma identidade é moldada por narrativas de várias matrizes (HALL, 2000). No seu enquadramento é perceptível a influência de autores pós-estruturalistas como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Ernesto Laclau, além de relativização de vertentes mais economicistas e deterministas do marxismo com afinidade com autores como E. P. Thompson e Raymond Williams.

No Brasil, dois livros de autoria de Stuart Hall foram organizados e publicados, são eles *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2000) e *Da Diáspora: identidades e mediações culturais* (2003). Em ambos, Hall analisa as consequências do processo de modernização para o plano das identidades, com especial relevo à fragmentação pós-moderna que tem levado ao multiculturalismo e ao hibridismo.

Em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Hall argumenta que as velhas identidades que estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades que contribuem para fragmentar o indivíduo, até então visto como sujeito unificado. Nas suas palavras: “a chamada “crise de identidade” é vista como um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2000, p.9).”



No livro é explorada a afirmação de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. Assim, as transformações do final do século XX estão abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Isso ocorre, pois, a identidade só se torna uma questão quando em risco ou crise.

Hall destaca que, na modernidade transitamos por três concepções de identidade criadas por intelectuais encarregados de pensar o mundo social. A primeira, a iluminista, que toma a pessoa humana como indivíduo centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, consciência e ação, cujo centro se constituía como um núcleo interior que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia, permanecendo idêntico ao longo da vida. A segunda concepção é a de sujeito sociológico, cuja identidade seria construída a partir da interação do indivíduo com o “mundo”, sendo o “eu” elaborado e modificado num contínuo diálogo com o exterior – a sociedade e a cultura – apresentando-se como um sujeito mais fragmentário. Por fim, há o sujeito pós-moderno, que não possui identidade fixa ou essencial, sendo volátil e permeável a mudanças intensas. O sujeito pós-moderno é próprio do mundo contemporâneo, caracterizado como uma “(...)‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2000, p. 11). Isso foi possibilitado pelo processo de globalização que, dentre outras características, apresenta forte descontinuidade em inúmeros planos da vida social, o que se reverte em fragmentação, ruptura e deslocamento como traços da cultura da modernidade tardia. Assim como Giddens, Hall compreende a contemporaneidade como uma etapa intensificada da modernidade, a qual foram adicionadas características ainda mais dinâmicas.

A percepção dessa descontinuidade, segundo Hall, foi fundamentada por quatro autores que promoveram avanços na teoria social. O primeiro deles é Marx, com sua percepção política do ser humano como agente construtor da história em condições socialmente dadas, o que implica numa ruptura com a noção de essência humana e de historicidade previsível. Com a psicanálise, Freud traz a dimensão inconsciente dos processos simbólicos de conformação da identidade, demonstrando que o “eu” racional cartesiano deve ser relativizado. Numa perspectiva linguística, Saussure destaca o inconsciente pensando a língua como sistema social que opera independente da vontade individual. Tem-se ainda Foucault, que se dedicou a demonstrar que o sujeito moderno foi produzido pela instituição de poderes disciplinadores que objetivam moldar seres humanos com corpos dóceis, lócus do



sujeito individualizado. Para além da contribuição de autores específicos na decodificação das identidades e descontinuidades modernas, Hall destacou, ainda, a crítica feminista como abordagem fecunda, na medida em que politiza âmbitos subjetivos e privados, impondo um novo discurso que contribui para a conformação de identidades sociais alternativas.

Hall ressaltará que a modernidade tardia abre a identidade como questão política e social no vácuo do enfraquecimento de instituições, grandes criadoras de lealdades sociais, como o estado-nação. A globalização como fenômeno central na modernidade tardia desloca as identidades culturais nacionais, afetando também os demais dispositivos discursivos que unificam a heterogeneidade das experiências humanas numa narrativa do “eu”. Não é por acaso que na atualidade assiste-se uma ênfase cada vez maior no efêmero e ambíguo, na diferença e no pluralismo cultural, no hibridismo e no multiculturalismo.

É justamente no livro *Da Diáspora: identidade e mediações culturais* (2003) que o multiculturalismo é tratado de modo mais enfático, por intermédio de uma análise dos produtos midiáticos, da globalização e das políticas culturais. Nessa obra, o engajamento do autor na desconstrução do discurso da colonialidade do conhecimento é mais explícito. Retoma, igualmente, uma questão cara à teoria social, em especial ao marxismo na busca de uma saída não reducionista: a relação entre o social e o simbólico.

O início da obra supracitada reúne ensaios que se dedicam a abordar teoricamente os debates sobre a diáspora caribenha, a questão multicultural e as experiências das ex-colônias que, apesar do fim do domínio de fato, continuam a reproduzir a colonialidade do poder e do saber. Hall utiliza-se da noção de dialogismo de Bakhtin para compreender por que o significado nunca se realiza na sua inteireza, mas sim entre o emissor e o receptor, num entre-lugar sujeito à polifonia de discursos, a uma heteroglossia.

A questão multicultural é ainda explorada, sendo distinguido o multicultural enquanto conjunto de características e problemas culturais de uma sociedade e multiculturalismo como estratégia política de gestão da condição multicultural. E é justamente na modernidade tardia como catalizadora de diferenças que a questão multicultural desponta exigindo ser equacionada. Sem deixar de recorrer à noção de classe, demonstra outras clivagens sociais relevantes na condução da problemática da diversidade na sociedade contemporânea dos países centrais e periféricos do sistema-mundo capitalista. A própria globalização favorece a proliferação de modernizações multiculturais periféricas constituídas no entre-lugar, na fronteira entre colonizador e colonizado. O local ao invés de somente reprodutor, instaura



uma dinâmica de hibridização, pois reprocessa a dominação a partir da desigualdade econômica, social e de outros múltiplos poderes. A própria etnicidade renascida projeta-se como um produto disso, pois “raça” e etnia são construções políticas de resistência, inclusive para lidar com um neoliberalismo que se pretende triunfante. Percebe-se que Hall coloca o drama pós-colonial no centro da análise, deslocando o tradicional eixo de percepção eurocêntrico.

Mais à frente, Hall apresenta os primórdios dos Estudos Culturais. Discute o que seria, em meio às divergências, o problema central dessa pós-disciplina, ou seja, as imbricações econômicas nas esferas culturais e ideológicas das sociedades. Destacará a contribuição de Louis Althusser, notadamente por seu trabalho *Os Aparelhos Ideológicos do Estado*, em que reflete sobre a relação entre dominação, ideologia e Estado. Hall, assim como demais autores ligados em alguma medida aos Estudos Culturais, crítica a noção de falsa consciência, ampliando o conceito de ideologia para comportar diversas formas de direcionamento das experiências individuais e de classe, na tentativa do fechamento do sentido implícita às trocas linguísticas. Busca, deste modo, incorporar criticamente Marx a partir da virada linguística e do diálogo com as proposições políticas presentes nos novos movimentos sociais.

A principal contribuição de Stuart Hall é a ruptura com o discurso essencialista e eurocêntrico presente em todos os domínios socialmente validados da cultura ocidental, inclusive na teoria social. Assim, seguindo uma trilha incomum, produz uma discussão sobre os processos simbólicos amarrados a situações conjunturais de dominação e poder. Desta maneira, esse intelectual da diáspora caribenha desloca-se para os centros de poder político e acadêmico e entrincheira-se contra certo objetivismo científico e os discursos universalistas, constituindo-se como voz dissonante no campo de uma teoria social contemporânea engajada.

Considerações finais

O artigo foi construído através da análise da compreensão do mundo contemporâneo e dos impactos das transformações na modernidade tardia presente em algumas das análises mais atuais de Anthony Giddens e Stuart Hall. O estudo da contemporaneidade nos autores supracitados levou a novas explicações para fenômenos sociais urgentes como os processos de construção de identidades, o multiculturalismo e a globalização, formulados enquanto objetos com contornos originais. Desta maneira, ao mesmo tempo em que forneceram explicações, forjaram novas perspectivas para a teoria social.



Em outro sentido, foi perceptível ainda que ambos os autores colocaram em nova chave a relação entre economia e sistemas simbólicos, atentando-se para como o atual estágio da economia política capitalista afetou esta compreensão. Em certo sentido, isso também só foi possível mediante novos aportes teóricos. Em Giddens, esta renovação veio por meio da Teoria da Estruturação que recolocou a relação entre agente e estrutura. Quanto a Hall, a novidade ficou a cargo da crítica ao universalismo eurocêntrico que permitiu uma teoria original dos processos culturais e comunicacionais.

Os dois autores foram escolhidos, pois, a despeito de convergirem em muitos pontos, apresentam saídas teórico-metodológicas e políticas distintas. O primeiro com uma vinculação mais clara ao conjunto dos paradigmas clássicos, o segundo, numa alçada interdisciplinar a reboque dos mecanismos fluidos e críticos dos Estudos Culturais. É inegável, todavia, que, a partir do questionamento ao mundo atual, fizeram surgir aparatos interessantíssimos para o repertório da teoria social contemporânea.

Em suma, pretendeu-se neste artigo demonstrar como alguns dos desdobramentos mais profícuos na teoria social contemporânea estão ligados a questões postas pela sofisticação da análise propiciada pela complexidade da conjuntura atual, propriamente as injunções, combinações e efeitos da inter-relação entre o social, o econômico e o simbólico. Afinal, a teoria social avança também pelo esforço de estar no mundo, analisando seus dilemas e apresentando diagnósticos, ainda mais numa época de crise generalizada de paradigmas.

Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia. A contribuição pós-colonial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 60, v. 21, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **Capitalismo e moderna Teoria Social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Weber**. Lisboa: Presença, 1990.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.



HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

_____. **Entrevista concedida por Stuart Hall a Heloisa Buarque de Hollanda e Liv Sovik**.

Disponível em <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/entrevista-jb-stuart-hall/>.

Acesso em 27 de julho de 2016.

IANNI, Octávio. A Sociologia e o mundo moderno. In: **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 7-27, 1º. sem. 1989.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre o universal e a diversidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 7-16